



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO RACISMO RELACIONADAS À IMPLANTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNE/CP 01/2004 E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAFRO.

Rosana Batista Monteiro

Departamento de Educação – UFSCar

rosanabmonteiro@hotmail.com

Introdução

Este trabalho respalda-se em nossa pesquisa de doutorado realizada na Universidade Federal de São Carlos, no programa de Fundamentos da Educação com orientação do professor João dos Reis Silva Júnior (MONTEIRO, 2010) em que analiso a implantação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira (DCN ERER) e Africana em um curso de Pedagogia. Consideramos a interferência do institucional e da cultura da organização, bem como, as características do Estado brasileiro pós-1995 nas formas de apropriação das DCN ERER pelos atores envolvidos e seu reflexo na reorganização do curso de Pedagogia.

A utilização da categoria prática escolar/universitária, como definida por Silva Júnior (2004), indicou-nos a interferência da cultura da organização, do contexto político (reforma do Estado) e das iniciativas individuais de professores e de alunos/as na objetivação das DCN ERER no curso de Pedagogia da Universidade São Francisco (USF). Concluímos, por exemplo, que o caráter privado da instituição lócus da pesquisa preponderou sobre a forma pouco eficiente de inclusão dos conteúdos das DCN ERER no curso. E ainda, que os estudantes do curso não demandavam a inclusão de temas como relações raciais, ou o pouco conhecimento da maioria dos professores sobre a existência das DCN ERER. A propósito a inclusão do tema diversidade no currículo do curso de Pedagogia decorreu da DCN de Pedagogia que, sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Educação após as DCN ERER acabou por considerá-la.

Uma das hipóteses iniciais da pesquisa, formulada especialmente com base em nossa prática docente universitária, era a de que, de modo geral, o movimento negro, representado por estudantes negros, teria um papel primordial na efetiva implantação das DCN ERER no interior da universidade. Nossa experiência profissional possibilitou vivenciar a articulação de estudantes militantes para que os professores e a instituição



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

incluíssem temas relacionados às relações étnico-raciais e ao estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana no curso de Pedagogia em decorrência da aprovação da lei 10639 em 2003 e, posteriormente, das DCN ERER aprovadas em 2004.

Os estudantes, a maioria negros, organizados em um núcleo de estudos e de militância conhecido como AfroMack tornou-se o principal responsável por ações e eventos relacionados às relações raciais, especialmente no mês de novembro, em razão das comemorações do Dia da Consciência Negra (MONTEIRO, 2006; 2009) e contribuiu intensamente para a inclusão das DCN ERER no curso de Pedagogia demandando dos professores e, ainda que indiretamente, para a aprovação da disciplina “Diversidade e relações étnico-raciais” ao final de 2006.¹

Esta experiência levou-nos, por hipótese, a pressupor que o mesmo movimento ocorreria na Universidade São Francisco, *lócus* de nossa pesquisa de campo no doutorado, em razão da presença de integrantes da organização não-governamental Educafro nesta. No entanto, a prática universitária na USF apresentou-se de forma bastante diversa.

Educafro: breve histórico e forma de funcionamento.

A Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes - é uma rede de cursinhos pré-vestibulares comunitários vinculada ao Sefras – Serviço Franciscano de Solidariedade, departamento da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, uma associação da sociedade civil, sem fins lucrativos. A organização foi criada e é liderada por Frei David, religioso franciscano e conhecido militante do movimento negro e “visa converter as estruturas institucionais que secularmente oprimiram o povo pobre e negro, de modo que estas instituições estejam a serviço dos excluídos” (www.Educafro.org.br).

As origens da Educafro estão no Rio de Janeiro, quando Frei David Raimundo dos Santos, Antônio Dourado, Luciano de Santana Dias e Alexandre do Nascimento criaram, em 1993, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC - na Igreja da matriz de São João de Meriti (<http://pvnc.sites.uol.com.br/historicopvnc.htm>).

¹ Participaram ativamente das atividades descritas os estudantes Gildean (Panikinho), Ana Flávia, Valéria, Arildo (Ari), Patrícia Pio, Elisabete (Betona), Carolina (Carol), Valdimere (Val), Andréia (DéiaCriola), todos estudantes negros, e militantes; bem como os professores João Clemente de Sousa Neto, Marian Dias, João do Prado de Carvalho, Luis Fernando Bahia, Olavo Soares, que passaram a incluir nas disciplinas ministradas por cada um conteúdos indicados pelas DCN ERER.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

De acordo com Nascimento (1999), a idéia do pré-vestibular nasce das discussões realizadas entre 1989 e 1992 na Pastoral Negros de São Paulo. Afirma o autor que

... o primeiro resultado concreto desse debate [na Pastoral negros] foi a concessão de 200 bolsas de estudos pela PUC-SP (...) destinadas para estudantes participantes do movimento negro. (...) No final de 1992, iniciaram-se, na Igreja Matriz de São João de Meriti, as discussões e articulações para a organização de um curso na Baixada Fluminense, para capacitar estudantes para o vestibular da PUC-SP e das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 1999, p.78).

Nascimento (1999) diferencia os pré-vestibulares como populares e privados. Os cursos pré-vestibulares particulares são, voltados, na maioria das vezes, à classe média e com caráter exclusivamente preparatório para os vestibulares das universidades públicas principalmente. Os pré-vestibulares populares que surgiram nos anos 1990, têm como um de seus diferenciais a preocupação com processos que denomina de “conscientização” das camadas populares e, também, de afirmação e/ou valorização da identidade racial e/ou étnica, principalmente em relação aos cursos voltados à população negra.

O PVNC expandiu-se rapidamente no Rio de Janeiro, especialmente em virtude dos primeiros resultados: em 1993 conseguiram que seus alunos fossem aprovados na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Universidade Federal Fluminense - UFF e na Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ (NASCIMENTO, 1999, p.78).

De acordo com a Carta de Princípios do PVNC analisada por Nascimento (1999, p.80), este curso pré-vestibular faz uma “opção política pela Universidade e Escola Públicas, gratuitas e de qualidade”.

Embora o propósito do PVNC fosse propiciar o acesso de determinados grupos à educação superior pública, dentre outros objetivos, observamos, na fala de frei David citada por Nascimento (1999), que sua visão sobre os objetivos do PVNC incluía também as instituições privadas. Diz ele:

...colocar nas universidades públicas e **particulares com bolsas**, alunos dos núcleos que, além do saber acadêmico, tenham desenvolvido um bom saber no campo da cidadania e da cultura, passando pelos direitos humanos, constitucionais, trabalhistas, etc... (Frei David Raimundo dos Santos, fundador do Pré-Vestibular para Negros e Carentes e Coordenador do Núcleo da Igreja da Matriz, São João de Meriti, citado por NASCIMENTO, 1999, p.82-3) grifo nosso.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Ainda de acordo com Nascimento, tomando por base as observações de Manoel Ribeiro, ex-professor do PVNC, havia uma luta por hegemonia política “a partir da percepção da existência de dois campos ideológicos no interior do Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Campo Negro-Eclesial e Campo Amplo” (NASCIMENTO, 1999, p.83). O campo Negro-eclesial, representado aqui por Frei David, valorizaria o espaço eclesial como central e relaciona o pré-vestibular à igreja, negando, de certo modo, a idéia de que fosse um movimento social autônomo. Por outro lado, o Campo Amplo é caracterizado como não ligado a instituições, autônomo, integrado por pessoas com tradições religiosas e políticas diferentes, e que militam em diferentes movimentos sociais (SANTOS, 2007).

O que se observa é que o PVNC passa a ser, cada vez mais, um espaço de disputas e conflitos internos. Se na origem do PVNC os interesses de seus fundadores convergiam, logo depois se evidenciam os antagonismos. De acordo com Diogo Justino (2002, s/p), os conflitos e disputas deram origem a Educafro.

(...) fundada por uma liderança dissidente do PVNC, o Frei David Raimundo dos Santos que divergiu com outras lideranças do PVNC e acabou fundando a Educafro em 1997. (...) Estas disputas internas foram motivadas por diferentes projetos políticos e ideológicos que dividiu o movimento (...) de um lado, um grupo que se articulou em torno de um formato eclesial, liderado por Frei David, e o outro que defendia a autonomia organizativa em relação às igrejas e propunha a construção de um aparato institucional.

Quando a Educafro é criada, afirma-se o objetivo de se “converter as estruturas institucionais que secularmente oprimiram o povo pobre e negro” e, ainda, que estas instituições devem estar “a serviço dos excluídos”. Esta afirmação, que orienta as ações da Educafro, do ponto de vista do que está prescrito apóia-se na visão da Igreja Católica, especialmente em decorrência das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), que passaram a direcionar a prioridade da instituição para os pobres.

Em artigo intitulado “Como a Igreja tratou os negros e negras nestes 507 anos?”, frei David mostra que apenas após a Conferência de Medellín e Puebla “a proposta [da igreja] passou a ser evangelizar a partir da situação concreta e histórica do povo oprimido e excluído (...) principalmente negros e índios” (SANTOS, 2007, s/p).

No sentido de alcançar este propósito, bem como a “conversão das estruturas institucionais” parece-nos que a ênfase da Educafro se volta à “inclusão” do “povo pobre e negro” nas instituições de ensino superior, públicas e privadas, com destaque às universidades católicas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Cabe lembrar que desde a década de 1990, as instituições privadas de ensino superior buscavam saídas para enfrentarem a crise no setor. Neste contexto criou-se a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC), que se constitui de instituições confessionais e/ou comunitárias que passaram a se auto-identificar, nos últimos anos, como públicas não-estatais, dentre estas as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) e a Universidade São Francisco (USF).

Também as reformas educacionais no Brasil, pós-1990, com investimentos quase que exclusivamente no ensino fundamental, público e estatal, determinou forte expansão da educação superior privada, ao mesmo tempo, que o mercado de trabalho passa a exigir maior tempo de escolaridade impulsionando a busca por formação no nível superior. Neste cenário, o surgimento de cursos pré-vestibulares como a Educafro buscou assegurar, em alguma medida, a “inclusão” de alunos provenientes das camadas mais baixas na educação superior, nas instituições públicas e privadas.

A Educafro, sinteticamente é um curso pré-vestibular voltado para afrodescendentes e carentes que funciona fundamentalmente com base no trabalho voluntário. Os estudantes que participam do curso contribuem com uma pequena quantia por mês que cobre as despesas com material didático principalmente. O valor da contribuição é de cerca de 10% do salário mínimo. Os educadores são, na maioria das vezes, estudantes universitários que passaram pelo curso pré-vestibular e usufruem de bolsas de estudos dos convênios estabelecidos entre a Educafro e instituições privadas de ensino superior ou que estão cursando universidades públicas (estatais).

As bolsas de estudos decorrem de convênio entre as instituições privadas de educação superior (IES) e a Educafro, e se constituem em descontos de 100% a 50% nas mensalidades. O número de bolsas a serem concedidas varia de IES para IES; a responsabilidade na concessão das bolsas é, das Instituições de Ensino Superior e a seleção dos bolsistas, da Educafro.

A Educafro na Universidade São Francisco.

A USF tem origem nas Faculdades Franciscanas instaladas, em 1976, em Bragança Paulista quando os franciscanos assumiram a administração do Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina – IESRB. Tem como mantenedora a Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana, CNSP-ASF, entidade criada em 1945 na cidade do Rio de Janeiro na forma de associação de fins educacionais e assistenciais,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

sem fins lucrativos e filiada à Província da Imaculada Conceição do Brasil. Educafro e USF portanto estão vinculadas a mesma província e ordem religiosa.

O convênio entre a USF e a Educafro existe desde 2005. Além da concessão de bolsas de estudos a USF cede o espaço físico da universidade e alguma infra-estrutura para o funcionamento do cursinho aos sábados. No período em que realizamos nossa pesquisa não havia professor ou funcionário da universidade cedido ou que atuasse voluntariamente na Educafro. Todos os coordenadores e professores atuantes são voluntários, em sua maioria alunos ou ex-alunos dos diferentes cursos da USF e que passaram pelo cursinho da Educafro.

A distribuição das bolsas de estudos aos candidatos à Universidade São Francisco (USF) depende da aprovação e classificação no exame vestibular e, a manutenção da bolsa decorre de aproveitamento de, no mínimo, 75% nas disciplinas cursadas a cada semestre. Para se obter bolsa 100%, ou seja, integral, o candidato deve ter participado do curso pré-vestibular oferecido pela Educafro, participar do vestibular interno de Cidadania, e ter condições financeiras compatível ao que a organização denomina *carentes*. O candidato deve obter uma carta de encaminhamento da Educafro para ter direito à bolsa. As bolsas integrais na USF estão ainda condicionadas à apresentação de candidatos às bolsas de 50% na proporção de 2:1, ou seja, para cada dois bolsistas 50%, será concedida uma bolsa integral (100%)².

A forma de estabelecimento do convênio Educafro e USF para nós implica em problemas para a implantação das DCN ERER no curso de Pedagogia (dentre outros) por nós analisado especialmente pelo fato de os estudantes com bolsas de 50% de desconto nas mensalidades ao não realizarem o curso pré-vestibular oferecido pela Educafro não frequentaram as aulas de Cidadania em que são discutidos temas relacionados as desigualdades sociais e econômicas, a exemplo da questão de gênero e raça-etnia.

Em entrevista com coordenadores e educadores-voluntários da Educafro em Bragança Paulista³, denominada Núcleo Bakita, que funciona nas dependências da USF, identificamos que, na maioria das vezes, os interessados na bolsa de 50% procuram a

² De acordo com a Resolução CSAU10/2005, USF.

³ Embora utilizemos o termo *entrevista*, realizamos a estratégia de grupo focal com a participação de sete (7) pessoas: duas coordenadoras e cinco educadores-voluntários. Todos, com exceção de uma das coordenadoras, são estudantes na USF, possuem bolsa Educafro 100% ou 50%, e fizeram o cursinho e as aulas de Cidadania. Três se auto-declararam brancos, e os demais negros (dois pretos e três pardos).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

organização apenas para obter informações acerca do desconto e para obter a carta de encaminhamento. De acordo com a coordenadora 1, branca, não universitária (C1), que atua no Núcleo Bakita da Educafro, “tem bolsista que só vem no dia da entrega da carta de bolsa”.

O aluno bolsista parcial (50%), frequentemente não participa das atividades promovidas pela Educafro: “o 100%, ele tem essa formação de cidadania, de valores, o 50% ele já não tem (...) vem com o intuito só da bolsa”. (C1)

De acordo com C1 o núcleo “... depende dos 50%. Porque a gente não exige do bolsista 50%? Porque depende dele a existência do cursinho, então quanto mais 50%, mais bolsas de 100%.” Observa-se que o objetivo é obter bolsas integrais, das quais dependem a existência do pré-vestibular. Parece-nos que há aqui um distanciamento dos valores presentes PVNC em São João do Meriti/RJ de onde se origina a Educafro.

As coordenadoras e educadores-voluntários do Núcleo Bakita da Educafro, manifestam-se à favor do tipo de convenio estabelecido destacando o quanto a Educafro (o núcleo Bakita) contribui com a USF, no sentido de divulgá-la, ao mesmo tempo que recebem uma contrapartida com a concessão de bolsas pela instituição, a C1 diz: “não acho errado, eu acho justo.”

Entendem tratar-se de uma espécie de troca de favores entre a Educafro e a IES. A C1 afirma que “um acaba ajudando o outro a crescer” e ainda, de forma mais contundente diz que “a gente acaba ajudando a faculdade a se elevar em termos financeiros por causa da 50% [das bolsas] ... mas o foco da Educafro é a [universidade] pública.” (sic)

Um das professoras por nós entrevistada (M, branca) afirma a Educafro contribuiu para mudar o perfil dos alunos na USF: “agora, você entra e você está com o Haiti em sala. É como no primeiro ano de Pedagogia [turma 2008].” A professora refere-se a uma turma de Pedagogia com numero significativo de jovens negras (pardas em sua maioria) e de baixa renda.

Reiteramos que embora a missão da Educafro esteja relacionada também em criar oportunidades de ingresso aos negros e carentes nas universidades públicas, o Núcleo Bakita, quase que exclusivamente, os prepara para a universidade privada, em especial,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

à USF. Embora a C1, afirme que o foco da Educafro é a universidade pública, não foi o que observamos no núcleo Bakita.

A relação entre a Educafro e as instituições privadas de ensino superior evidencia o quanto as instituições confessionais vem atuando respaldadas pela lógica mercantil que, neste caso, está sendo “convertida” e posta “à serviço dos “excluídos”.

O voluntário 4 (V4), negro, estudante universitário, afirma que “a formação da Educafro [...] não visa só a [faculdade] particular [...] ele [o estudante] tem que prestar o ENEM, ele tem que tentar universidade pública, a gente tem aluno que [...] é do Prouni.”

Apesar de V4 mencionar a exigência de que os estudantes do cursinho façam as provas do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio - sabemos que até 2010, este exame era utilizado principalmente para ingresso em instituições privadas e era (ainda é) obrigatório aos interessados nas bolsas do Prouni.⁴

Em relação ao foco na formação cidadã, apontada por uma das coordenadoras do núcleo Bakita como aspecto importante no processo formativo dos estudantes do cursinho, põe-se como não obrigatório aos interessados na bolsa parcial (50%). Ora, uma das características do cursinho popular, de acordo com Nascimento (1999), é a formação para a “conscientização” e “valorização/fortalecimento da identidade” dos jovens, pobres, negros, que participam deste tipo de “movimento social”. No entanto, apenas os que participam do curso pré-vestibular da Educafro e almejam usufruir de bolsas integrais a frequência às aulas de “Cultura e Cidadania” é obrigatória.

Nas aulas de “Cultura e Cidadania” são discutidos temas como: as desigualdades sociais, a questão do negro no Brasil, a discriminação de gênero, entre outras. O caderno de “Cultura e cidadania” de 2008, por exemplo, abordou temas relativos à: violência doméstica e gênero, juventude negra, o negro e a mídia, responsabilidade das universidades com a inclusão social e étnica, lei 10639/03, repressão aos movimentos sociais.

A Educafro organiza, ainda, um “vestibular” interno, denominado “vestibular de cidadania”, relacionado aos temas estudados nas aulas de “Cultura e cidadania”. De

⁴ O Programa Universidade para Todos - Prouni, é um programa definido pelo MEC voltada ao ingresso da população pobre e também negra na educação superior privada por meio de concessão de bolsas de estudos financiadas pelas instituições privadas que, em contrapartida, são isentas de recolhimento de determinados impostos. Ver Medida Provisória n.213, de setembro de 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

acordo com informações presentes no *site* da organização, “a nota de Cidadania é parte fundamental no processo de seleção de bolsas da Educafro”. (www.Educafro.org.br)

A discussão sobre as relações étnico-raciais no âmbito do Núcleo Bakita.

Apesar do caráter eminentemente político e engajado que os cursinhos pré-vestibulares populares possuem, incluindo-se a Educafro, no Núcleo Bakita, o posicionamento político e a militância parecem ter pouco embasamento do ponto de vista do conhecimento mais aprofundado e menos ideológico sobre temas como cotas, política da educação superior e outros. A respeito das cotas para negros nas universidades a Coordenadora 2, negra, estudante universitária, (C2) observa que:

...esse é um lado que é necessário também, para ver se a oportunidade chega. É um resgate de um espaço que é um direito nosso principalmente nas universidades públicas por que ela é para pobres, como a gente, e talvez se não se fizesse isso não se colocaria o negro na universidade. Então partiu para esse meio, mas poderia ter pensado uma forma melhor, (...) para não levar tanto para um meio de exclusão, então, eu sou a favor e sou contra. Sinceramente eu sou a favor e sou contra, a favor por causa da oportunidade para os negros e contra por causa da exclusão.

A fala da C2 demonstra o desconhecimento sobre as qualidades da universidade pública por um lado e de outro a ambigüidade de posicionamento em relação às cotas. Seu conhecimento a respeito da educação superior pouco contribui para a formação dos futuros estudantes que passam pelo Núcleo Bakita.

O fato de a Educafro utilizar majoritariamente voluntários, quase sempre estudantes bolsistas, pode ser questionado em relação à capacidade destes, por mais boa vontade que tenham em preparar os pré-vestibulandos para os cursos de educação superior, seja em relação aos conteúdos de modo geral ou em relação aos procedimentos de ingresso.

O voluntário 4, negro, (V4) considera cotas uma forma de discriminação, porém apresenta alguns argumentos que não aparecem na fala de seus pares, é um dos poucos que defende de forma mais objetiva e assertiva o sistema de cotas. Diz ele:

...na verdade, isso seria uma forma de discriminação (...) mas acho que é uma coisa necessária, todo mundo sabe que os antepassados dos negros (...) não tem mesmo [oportunidades], antigamente o filho do patrão, do dono, do branco, estudava várias coisas, mas o negro continuou assim (...) o branco, parece que é sua obrigação estar ali enquanto a gente [os negros] não tem uma formação para isso (...) então não deixa de ser uma discriminação, mas tem que ter para igualar.

Entre os noventa e oito (98) estudantes do curso de Pedagogia que responderam ao questionário por nós aplicado, vinte e nove (29) afirmaram serem bolsistas da Educafro. Destes, quinze (15) se posicionaram contra cotas, ou seja, aproximadamente



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

52%. É preciso lembrar que, apenas pretendem ser bolsistas 100% são obrigados a frequentar o cursinho e participar das aulas de cidadania em que, como afirmamos anteriormente, discute-se temas relacionados à “exclusão”, diversidade, cotas, direitos humanos, sociais e outros.

Assim, ao observamos separadamente os estudantes com bolsas integrais (100%) e parciais (50%), temos respostas distintas para o tema *cotas*. Dentre os dez (10) estudantes com bolsas integrais (100%), oito (8) declararam-se a favor de cotas, enquanto que entre os dezenove (19) estudantes com bolsas parciais (50%), apenas seis (6) eram a favor. Ou seja, 80% e 31% respectivamente. Ao apresentarmos estes dados aos coordenadores e os voluntários da Educafro estes inferem que esta diferença poderia ser explicada pela pequena presença de bolsistas negros, ou seja, para eles, se houvesse mais negros bolsistas, estes certamente defenderiam *cotas* como se a defesa às políticas afirmativas, a exemplo de cotas nas universidades, fosse inerente ao negro ou tarefa sua exclusivamente.

O que se pode observar nas justificativas dadas às respostas dos estudantes à pergunta “Você é a favor de cotas para negros?”, no questionário aplicado, é que os argumentos utilizados pelos bolsistas 100% e 50% não são tão distintos, já que ambos partem, por exemplo, da premissa de que todos têm direitos iguais para apoiarem ou não cotas. Também não há diferença significativa entre as respostas de estudantes negros e não-negros.

Porém, nota-se nas justificativas dos bolsistas 100% (que passaram pelas aulas de “Cidadania e cultura”) respostas um pouco mais bem elaboradas e que reproduzem as idéias dos voluntários do núcleo Bakita, inclusive os equívocos relatados anteriormente. A seguir poderemos verificar como esta afirmação se objetiva nas respostas dos estudantes.

Entre a turma de Pedagogia ingressante em 2007, por exemplo, nove (9) estudantes são bolsistas Educafro, sendo que, destes, cinco (5) são a favor de cotas e são bolsistas 100%. Outros quatro (4) bolsistas 50% são contrários a cotas. Vejamos algumas das justificativas dadas por estes estudantes à pergunta anteriormente indicada, “Você é a favor de cotas para negros?”:

A aluna B., parda, bolsista 50%, afirma ser voluntária na Educafro e contrária a cotas. Ela não justifica sua resposta. A aluna V., preta, bolsista 50%, também não é a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

favor de cotas, e justifica que “tanto o negro quanto o branco, ou de qualquer outra raça tem capacidade de entrar na faculdade. Cotas demonstram pedido de piedade aos negros.” Também F., branca, bolsista 50%, é contrária a cotas e afirma que “todos temos direitos iguais, sendo brancos ou negros, todos temos a mesma capacidade.” A aluna M., branca, bolsista 50%, também segue a resposta das demais colegas, mas é mais explícita em sua justificativa: “... cotas de certa forma é um tipo de racismo, (...) não deve haver cotas para eles [negros], mas sim capacidade que muitos negros, brancos, amarelos, enfim, temos.”

Por outro lado, todos os bolsistas 100% respondentes ao questionário, nesta turma, declararam ser a favor de cotas. A estudante K., branca, justifica sua resposta afirmativa dizendo que “todos temos os mesmos direitos perante a sociedade”; J., parda, diz que “acredito que oportunidade só acontecerá a partir do momento em que forem reconhecidos o valor que o negro tem.” L., amarelo/oriental, justifica sua resposta afirmativa argumentando que “nas grandes faculdades estaduais (públicas) onde deveria ter pessoas pobres, ou seja, de menos condições financeiras, há somente filhos de classe média alta, ou seja, os ‘filhinhos de papai’, filho de juiz, deputado etc..” A aluna R., branca, afirma que é a favor de cotas porque faz parte “da família Educafro e ela luta por cotas há muito tempo.” Por fim, C., branca, afirma que é a favor de cotas por que “todos têm direitos iguais para estudar.”

Os argumentos dos estudantes em relação às universidades públicas (estatais) foram os mesmos citados pelos voluntários da Educafro. Esta concepção apresenta-se como equivoco que possivelmente decorre do seu inverso, ou seja, a crítica mal elaborada de que a universidade pública atende apenas a população supostamente rica. Ora, não podemos negar que a presença das camadas de mais baixa renda tem mais dificuldade de acessar a universidade pública especialmente em razão da qualidade da formação oferecida na educação básica pública. No entanto, não é correto afirmar que esta universidade deve ser para pobres por que é pública e gratuita.

É interessante observar, ainda, que a crítica dos integrantes da Educafro e de seus bolsistas se põe sobre a universidade pública e não sobre a sociedade desigual na qual esta se insere e aos problemas existentes no sistema público de educação básica.

As respostas aos questionários e às entrevistas também demonstraram pouco conhecimento sobre políticas de cotas, seu funcionamento e critérios para seleção de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

cotistas. Os estudantes objetivam em suas falas a compreensão de que as cotas são exclusivamente para negros quando, na verdade, parte significativa das cotas em universidades públicas, federais e estaduais, articulam diferentes combinações dos critérios raça/cor/etnia, ser proveniente de escola pública e condição sócio-econômica. Assim, as categorias - negros, indígenas, estudantes provenientes de escolas públicas e de baixa renda - estão presentes, de alguma forma, na maioria dos programas de cotas, inclusão ou ações afirmativas.

É importante apontar, ainda, que o tema “cotas”, para além do posicionamento dos estudantes, a favor ou contra, é indiscutivelmente um tema polêmico. Tal polêmica gera, em meio aos estudantes e professores, a oportunidade da discussão sobre as relações raciais no Brasil e pode abrir um leque de possibilidades para a melhor compreensão dos determinantes de desigualdades sociais, trazendo para a sala de aula seus supostos.

Políticas de Cotas podem ser tomadas, portanto, como tema desencadeador do debate sobre relações étnico-raciais nos cursos de educação superior, especialmente aos de formação dos profissionais da educação que potencialmente podem interferir nos processos formativos que ocorrem nas etapas da educação básica. É neste sentido que a Educafro poderia contribuir para a educação das relações étnico-raciais no curso de Pedagogia e outros, por exemplo. No entanto, o que se pode apreender da análise dos questionários e das entrevistas realizadas é que os voluntários da Educafro, tomados aqui como militantes em uma organização não governamental articulada com o movimento negro, bem como, o professor universitário, como mediadores deste debate, nem sempre estão preparados para conduzir a discussão de modo adequado.

Falta a este debate, muitas vezes, aprofundamento, o que se revela nas falas de nossos entrevistados que, salvo exceções, não explicitam ter conhecimento sobre o que produz/reproduz as desigualdades sociais e raciais, bem como os limites e possibilidades dos programas de ação afirmativa.

O Núcleo Bakita da Educafro e o curso de Pedagogia da USF - Bragança, pelo exposto, não tem realizado um processo formativo que permita aos estudantes apreenderem de forma complexa os significados das políticas de ação afirmativa, com destaque, as cotas. Deste modo, se o tema se revela propulsor da discussão ou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desenvolvimento de temas relacionados à educação das relações étnico-raciais, neste sentido, esta potencialidade do tema não se efetiva no curso em análise.

A estudante E., preta, bolsista 100% Educafro, nos traz, em sua fala, a objetivação de que alguns professores não possuem conhecimento para a discussão sobre cotas. Diz ela:

Na minha sala...teve uma vez uma discussão sobre as cotas e ... acho que todo mundo foi contra as cotas, todos foram contra, até eu. Acho que foi na aula da [professora de sociologia da educação], ela estava falando... ela é meio assim contra. (...) ela acha que é assim, que tem umas coisas que deveria ser mais estudados, mais pesquisados para estarem inserindo as cotas. [...] eu acho assim, a visão dos professores, [...] eles não têm uma idéia, dá uma impressão que eles não têm, sabe? Eles não têm noção também. Eu acho que eles são assim como eu, meio cru no assunto (...)

Nas aulas do curso de Pedagogia, também se perde a oportunidade de adensar a discussão aproveitando as possibilidades que se colocam em determinados momentos e mesmo pela presença marcante de bolsistas no curso. Estes, aliás, como vimos, se colocam como contrários às políticas de cotas e/ou não se identificam como cotistas em sala de aula. Para alguns, o momento da entrevista por nós realizada, por exemplo, é revelador desta sua condição. É com surpresa que alguns se perceberam na condição de cotistas, posto que criticam a política de cotas e não haviam percebido que, em alguma medida, as bolsas provenientes do convênio USF-Educafro, bem como parte do Prouni, integram programas de ação afirmativa.

No momento da realização das entrevistas, líamos para os estudantes as justificativas por eles dadas em resposta a questões objetivas dos questionários e solicitávamos que as explorassem mais ou que elaborassem melhor seus argumentos. Esse movimento de se colocar diante de si mesmo (de sua resposta a determinadas questões) ou de ser confrontado pela pesquisadora a partir das respostas dadas no questionário levou alguns estudantes a refletirem sobre seus posicionamentos.

A aluna M., parda, bolsista 100%, declarou-se contra cotas no questionário, mas, durante a entrevista, ao ser solicitada a aprofundar sua justificativa a tal resposta, afirmou que: “... quando eu escrevi isso... hoje também eu vejo que a educação deveria ser prevista não só para os negros, mas para todo mundo. Agora eu vejo que a educação para o pobre é bem mais difícil, acho que não dá para entrar todo mundo na faculdade não.”

A estudante revê seu posicionamento ao se dar conta de que ela, por sua condição econômica, por sua origem racial e por ter cursado escola pública, não teria condições



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de realizar um curso superior se não fosse pela passagem pelo curso pré-vestibular (Educafro) e obtenção da bolsa de estudos. O mesmo ocorre com J., branca,: “Eu mesma, se eu não tivesse cota, eu tenho cota, eu sou uma pessoa pobre, eu não estaria aqui dentro da universidade. Então eu mudei meu pensamento...”

Por outro lado, R., branca, bolsista pelo Prouni, afirma que cotas é um paliativo que resolve parte de um problema na educação superior e cria outro no mercado de trabalho. Diz ela “... para essa pessoa entrar no mercado de trabalho ela vai ter problemas...” Roberta concorda parcialmente com cotas em curto prazo para resolver o problema de quem se escolarizou de forma precária e que não tem condições adequadas de acesso à educação superior. Para ela, “...às vezes você precisa um pouco dessa disparidade para você alcançar a igualdade”.

Considerações finais

O propósito deste artigo era analisar o papel da Educafro na implantação das DCN ERER no curso de Pedagogia USF – Bragança Paulista. Constatamos que sua contribuição para a inclusão de negros e carentes, por meio de bolsas de estudos na educação superior, em especial na USF é bastante importante e é reconhecida por professores e pelos próprios estudantes que, sem esta possibilidade, afirmam que não poderiam realizar um curso em nível superior. Por outro lado, a contribuição para o debate sobre as relações raciais ou mesmo a implantação das DCN ERER é pouco expressiva. Em alguma medida, como adiantamos anteriormente, tomando o tema “cotas” como propulsor da inclusão de conteúdos relacionados à educação para as relações étnico-raciais, nem a Educafro, nem o curso de Pedagogia, vem realizando um processo formativo que permita aos estudantes apreenderem de forma complexa os significados desta política/programa de ação afirmativa e sua relação com as desigualdades sociais e raciais.

Deste modo, se o tema pode ser tomado como potencialmente favorável para introdução à educação das relações étnico-raciais, esta potencialidade não se efetiva no curso em análise. Ao mesmo tempo, ao propiciar a entrada e permanência de estudantes negros (e não-negros pobres) na USF, contribui de alguma forma, com a mudança do perfil predominante na educação superior, ou seja, branco e de classe média. A estudante E., traduz o potencial não aproveitado por esta organização em sua relação com a USF.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

...a Educafro ela tem que trabalhar muito ainda na cabeça dos alunos. Eu acho assim que está bem, está caminhando, ela está conseguindo conquistas imensas, né? (...) do pessoal mesmo estar fazendo faculdade, atuando e tudo. Mas referente à conscientização dos alunos eu acho que está fraco (...) A missão da Educafro é muito bonita, no papel, escrito lá que é ajudar, que é o serviço comunitário [...] eles não estão conseguindo o objetivo. [...] Se você perguntar são poucos que sabem qual é a missão da Educafro.

Não se observa nas falas dos estudantes do curso de Pedagogia e dos voluntários da Educafro qualquer movimento que indique a demanda pela inclusão de temas relacionados à educação para as relações étnico-raciais nos cursos da USF. Ao perguntarmos aos voluntários do Núcleo Bakita se eles realizam ou percebem algum movimento de cobrança aos professores, todos respondem de forma negativa.

A voluntária 2, negra, estudante do curso de Pedagogia, afirma que:

Talvez, ...não tenha pela falta de negro na faculdade, talvez se tivesse negros ele provocaria...Mas a gente, por ser pardo, por ser branco, por ser de um outro contexto não se preocupa muito, vamos dizer, não há preocupação voltada para isso.[...] mas então [gagueja] é, é, é difícil ter um pardo que assume a negritude, então é por essa razão. [...] se você não fizer isto você passa a agir de um outro jeito e aí acaba atrapalhando.

O Parecer 03/2004 (BRASIL, 2004), assevera que a tarefa de assegurar o direito à educação e o combate ao racismo na escola é “de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política”. Como se pode observar na fala da estudante do curso de Pedagogia e voluntária na Educafro, não há um posicionamento de cobrança pela inserção de conteúdos que estão diretamente relacionados com alguns dos objetivos da ONG por parte dos voluntários quando estão na condição de estudantes em seus respectivos cursos. A resposta a esta postura: não ser negro.

O que se percebe é que, por fim, o Núcleo Bakita da Educafro pouco contribui para a inserção de temas relacionados à educação das relações étnico-raciais nos cursos da USF, especialmente na Pedagogia. A forma como organiza a distribuição de bolsas de estudos e o modo como parece promover a formação dos estudantes apresenta-se como obstáculo ao avanço da inclusão dos temas relacionados à educação para as relações étnico-raciais no curso de Pedagogia. Não poderíamos deixar de destacar também que a ONG apesar de seu discurso a favor de cotas nas universidades públicas, ao menos no Núcleo Bakita, acaba por enfatizar as parcerias com as instituições privadas, com destaque à USF. A presença de bolsistas no curso de Pedagogia é o que tem propiciado a sua existência, do contrário, apesar do posicionamento da ordem franciscana em relação às licenciaturas, tomadas como essenciais para a mudança na



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sociedade, certamente o curso teria sido fechado, a exemplo do que ocorreu no campus de Campinas da USF.

Referências bibliográficas.

MONTEIRO, R.B. Da ação individual a ação coletiva: relatos de experiência sobre a implementação da Resolução 01/04 e Parecer 03/04 em curso de Pedagogia na cidade de São Paulo In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, n.IV, 2006, Salvador. **Painel.**

_____. Relações raciais e a formação do professor In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. X, 2009, Braga/Portugal. **Caderno de Resumos.**

_____. A educação para as relações étnico-raciais em um curso de pedagogia: estudo de caso sobre a implantação da resolução CNE/CP 01/2004. (Tese) Universidade Federal de São Carlos. 2010.

SILVA JR, J. dos R.; FERRETTI, C. J. **O institucional, a organização e a cultura da escola.** São Paulo: Xamã, 2004.

NASCIMENTO, A. do. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania:** um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Dissertação (Mestrado em Educação) – Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, D. R. dos (OFM) Como a Igreja Católica tratou negros e negras nestes 507 anos? **Tempo e presença digital**, n.5, nov. 2007. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=102&cod_boletim=6&tipo=Artigo> Acesso em: 20 set. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília/DF: MEC/SEPPIR, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Parecer 3/2004: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de maio de 2004, seção 1, p. 11.